



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares

OFÍCIO Nº 8001/2020/MCOM

Brasília, 06 de novembro de 2020.

À Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª SECR/RI/E nº 1495 - Requerimento de Informação (RIC) nº 1209/2020.

Senhora Primeira-Secretária,

1. Faço referência ao Ofício 1ª SECR/RI/E nº 1495, pelo qual V. Exa. encaminha a este Ministério cópia do Requerimento de Informação (RIC) nº 1209/2020, de autoria da Exma. Deputada Federal Natália Bonavides (PT/RN), que requer informações deste Ministério das Comunicações a respeito da produção da série "Um Povo Heroico".
2. Em atendimento ao expediente referenciado, encaminho cópia da Nota Informativa nº 610/2020/MCOM, elaborada com base nas informações levantadas nas áreas técnicas desta Pasta e que fornece os esclarecimentos solicitados.
3. Permaneço à disposição para esclarecimentos adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro

Anexos: Ofício 1ª SECR/RI/E nº 1495 (Doc. SEI nº 5993374) e Nota Informativa nº 610/2020 (6049375).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/11/2020, às 19:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8001/2020/MCOM - Processo nº 01245.006471/2020-73 - Nº SEI: 6053547

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Institucional

Departamento de Gestão e Normas

Coordenação-Geral de Orientações Normativas para Comunicação

NOTA INFORMATIVA Nº 610/2020/MCOM

Nº do Processo: **01245.006471/2020-73**
Documento de Referência: **Ofício nº 1ºSec/RI/E/nº 1495**
Interessado: **Deputada Natália Bonavides**
Nº de Referência: **Requerimento de Informação nº 1.209/2020**
Assunto: **Informações sobre a produção da série "Um povo Heróico"**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do Ofício 1ºSec/RI/E/nº 1495, de 25 de setembro de 2020 (5993374), por meio do qual a Primeira-Secretária da Mesa da Câmara dos Deputados, Deputada Federal **Soraya Santos**, encaminha o Requerimento de Informação nº 1209/2020, de 17 de setembro de 2020 (5993374), de autoria da **Deputada Federal Natália Bonavides**, por meio do qual requer do Ministro de Estado das Comunicações *"informações sobre a produção da série "Um povo Heróico"*.

INFORMAÇÕES**Competências:**

2. Nos termos do inciso XII, do artigo 12, da Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, aprovada pela Portaria nº 697/SEI-MCOM, de 10 de setembro de 2020, compete ao Departamento de Gestão e Normas da Secretaria de Comunicação Institucional, com participação da área técnica, *"atuar junto às áreas intervenientes na **elaboração de respostas aos requerimentos de informação** formulados por cidadãos, pelos órgãos de controle interno e externo, pelo Poder Legislativo, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público sobre assuntos relativos à comunicação social;"*

3. Assim, no presente caso, cabe ao Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais do Ministério das Comunicações apresentar subsídios para respostas às questões formuladas pelos Deputados tendo em vista que, conforme preceitua o inciso III, Art. 26 do Decreto nº 10.462/2020, compete ao referido Departamento *"IX - coordenar o planejamento, a produção, a edição e a publicação de conteúdos para canais próprios de comunicação digital nos portais e nas redes mantidos pelo Ministério e acompanhar a elaboração de ações de comunicação digital de seu interesse no âmbito do SICOM;"*.

Informações Iniciais

4. Por meio do Ofício 1ºSec/RI/E/nº 1495 (5993374) o Ministério das Comunicações recebeu o Requerimento de Informação nº 1.209/2020, de autoria da Deputada Federal Natália Bonavides, por meio do qual requer *"informações sobre a produção da série "Um povo Heróico"*.

5. Conforme consta no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados o prazo de 30 (trinta) dias para a resposta do Sr. Ministro das Comunicações encerra-se em **09 de novembro de 2020**.

Questões Formuladas no Requerimento de Informações

6. Conforme relatado, o Requerimento de Informação sob análise requer *"informações sobre a produção da série "Um povo Heróico"*, conforme transcrito abaixo, não tendo sido

apresentado nenhuma justificativa para a sua proposição, pela deputada requerente:

Solicita-se que seja compartilhado acesso integral ao processo administrativo que fundamenta a série "UM POVO HERÓICO", divulgada no canal Twitter da Secom. Sem prejuízo do anterior, que se apresentem todas as informações disponíveis, atendendo no mínimo os termos que se pede:

- 1) Informações disponíveis sobre seu planejamento, incluindo roteiros, e responsáveis pela pesquisa, redação e direção artística. Solicita-se que seja apontado qual departamento da Secretaria Especial de Comunicações ou do Ministério das Comunicações é legalmente responsável pelo projeto.
- 2) Discriminação dos recursos envolvidos em sua elaboração, incluindo servidores públicos alocados, e pessoal adicional contratado, direta ou indiretamente.
- 3) Indicação da dotação orçamentária na qual se enquadra o projeto, quais valores e contratações de serviços ou aquisição de materiais realizadas ou previstas para seu desenvolvimento.
- 4) Caso tenham sido realizadas contratações externas, acesso às informações do processo licitatório para essas contratações, incluindo não apenas as propostas vencedoras, mas também informações sobre as concorrentes e propostas derrotadas no certame.

Respostas - subsídios fornecidos pela área técnica

7. Em atendimento à solicitação de subsídios (6006055), a Coordenação-Geral de Conteúdo e Gestão de Canais (CGCG), por meio dos Despachos 6022724 e 6047536, enviou a resposta adiante destacada:

Em atenção ao Requerimento de Informação nº 1209/2020 (5993374), de autoria da Deputada Federal Natália Bonavides, esclarecemos que não há processo administrativo especificamente associado a essa demanda.

A ação foi realizada no âmbito do contrato vigente à época, na área de Comunicação Digital, com a empresa IComunicação Integrada, cujo teor está disponibilizado no endereço <http://www.secom.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos-comunicacao-digital/contrato-n-01-2020-comunicacao-digital-icomunicacao-integrada-eireli/view>

Ressaltamos ainda que o planejamento, pesquisa, roteiro, redação e direção artística foram realizados pela equipe do Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais.

Em complemento ao informado no Despacho 6022724, esclarecemos que as fases de planejamento, pesquisa, roteiro e redação foram executadas em reuniões internas, realizadas pela equipe do Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais, não resultando em documentos formais.

8. Por sua vez, por meio do Despacho 6027712, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (COEOF) esclareceu o tema sob os seguintes aspectos:

Em atenção ao despacho CGNC (6006055) que encaminha o **Requerimento de Informação nº 1209/2020** (5993374), de autoria da Deputada Federal Natália Bonavides, restituímos ao Departamento de Gestão e Normas apresentando os dados levantados por esta coordenação-geral, no que concerne à execução orçamentária e financeira da ação de divulgação publicitária – Povo Heróico.

A dotação total alocada para a campanha foi R\$ 1.000.000,00 sob o número de empenho 2020NE800103, registrado em 09/09/2020 em favor de Calia/Y2 Propaganda e marketing LTDA – Ação 2017 Comunicação Institucional.

Não houve, até a presente data, pagamentos para a demanda.

9. Tal resposta foi complementada pela Coordenação-Geral de Mídia (6033448), da forma abaixo destacada:

Em atenção ao despacho CGNC (6006055) que encaminha o Requerimento de Informação nº 1209/2020 (5993374), de autoria da Deputada Federal Natália Bonavides, e complementando a informação constante do despacho (6027712) esclarecemos que no âmbito do Departamento de Publicidade não foram realizadas ações no Twitter, objeto do Requerimento da Parlamentar.

A dotação da ordem de 1.000.000,00 informada pelo COEOF em favor da agência CALIA/Y2 Propaganda e Marketing corresponde à produção e divulgação de peças DOOH (*Digital Out Of Home*) de forma complementar à ação Povo Heroico, desenvolvida pela Secretaria de Comunicação Institucional, conforme informado pelo Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais.

A agência Calia/Y2 mantém contrato vigente com esta Secretaria Especial de Comunicação Social, resultado de processo licitatório, cuja íntegra encontra-se disponível no

endereço: <http://www.secom.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos-de-publicidade/cto-28-2017-calia-y2.pdf>

A demonstração das despesas sobre a execução publicitária, na forma prevista no art. 16 da Lei 12.232, de 29 de abril de 2010, encontram em aberto, o que impossibilita informar dados totais neste momento, uma vez que não foram realizados pagamentos relativos a essa campanha.

As informações da execução contratual citada, tão logo realizados, estarão disponíveis no endereço <https://sistema2.planalto.gov.br/gestaosecom/liquidacao/pagamento/ordem-cronologica/>.

A ação realizada pela Secretaria de Comunicação Institucional para os canais digitais, e complementada por peças (painéis) de DOOH (*Digital Out Of Home*) deu-se no contexto das celebrações da independência do Brasil, diante da impossibilidade de realização dos eventos comemorativos tradicionais, devido ao estado de emergência sanitária decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Encaminhamento

10. Balizados pelos subsídios fornecidos pelas áreas técnicas, sugerimos que, se aprovada a presente Nota, seja encaminhada, juntamente ao Secretário de Comunicação Institucional, com o objetivo de subsidiar a resposta a ser dada pelo senhor Ministro das Comunicações ao Requerimento de Informações nº 1209/2020, da Deputada Federal Natália Bonavides.

À consideração superior.

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA GOUVÊIA

Coordenador-Geral de Orientações Normativas para Comunicação

De acordo, encaminhe-se ao Secretário de Comunicação Institucional.

PETER ERIK KUMMER

Diretor do Departamento de Gestão e Normas

De acordo, encaminhe-se à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares para as providências subsequentes.

FELIPE CRUZ PEDRI

Secretário de Comunicação Institucional



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Ferreira Gouvêia, Coordenador-Geral de Orientações Normativas para Comunicação**, em 09/11/2020, às 12:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Peter Erik Kummer, Diretor do Departamento de Gestão e Normas**, em 09/11/2020, às 14:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional**, em 09/11/2020, às 15:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6049375** e o código CRC **41B86411**.

Minutas e Anexos

Não Há

Referência: Processo nº 01245.006471/2020-73

SEI-MCOM nº 6049375

01245.008768/2020-73

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1495

Brasília, 25 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 1.209/2020	Deputada Natália Bonavides
Requerimento de Informação nº 1.218/2020	Deputado André Figueiredo

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputada SORAYA SANTOS

- **NOTA:** os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

DFO



Documento assinado por: Dep. Soraya Santos
Selo digital de segurança: 2020-YEEY-NGBG-SPZP-MINVN

MCTIC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL
Em 07/10/2020
Nome Lendo: [Assinatura]

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1495

Brasília, 25 de setembro de 2020.

Primeira-Secretária

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

DFO



Documento assinado por: Dep. Soraya Santos
Seto digital de segurança: 2020-YEEY-NGBG-SPZP-MNVN.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2020

(Da Sra. Natália Bonavides)

Requer informações ao ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, sobre a produção da série “Um povo Heróico”.

Apresentação: 17/09/2020 17:15 - Mesa

RIC n.1209/2020

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º, da Constituição Federal e, na forma do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao senhor ministro de Estado das Comunicações, FÁBIO FARIA, relativamente à produção da série “UM POVO HERÓICO”.

Solicita-se que seja compartilhado acesso integral ao processo administrativo que fundamenta a série "UM POVO HERÓICO", divulgada no canal Twitter da Secom. Sem prejuízo do anterior, que se apresentem todas as informações disponíveis, atendendo no mínimo os termos que se pede:

- 1) Informações disponíveis sobre seu planejamento, incluindo roteiros, e responsáveis pela pesquisa, redação e direção artística. Solicita-se que seja apontado qual departamento da Secretaria Especial de Comunicações ou do Ministério das Comunicações é legalmente responsável pelo projeto.
- 2) Discriminação dos recursos envolvidos em sua elaboração, incluindo servidores públicos alocados, e pessoal adicional contratado, direta ou indiretamente.
- 3) Indicação da dotação orçamentária na qual se enquadra o projeto, quais valores e contratações de serviços ou aquisição de materiais realizadas ou previstas para seu desenvolvimento.

Documento eletrônico assinado por Natália Bonavides (PT/RN), através do ponto SDR_56126, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



4) Caso tenham sido realizadas contratações externas, acesso às informações do processo licitatório para essas contratações, incluindo não apenas as propostas vencedoras, mas também informações sobre as concorrentes e propostas derrotadas no certame.

Sala das sessões, 17 de setembro de 2020.

Deputada Natália Bonavides
(PT/RN)

Apresentação: 17/09/2020 17:15 - Mesa

RIC n.1209/2020

Documento eletrônico assinado por Natália Bonavides (PT/RN), através do ponto SDR_56126, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Senhor Deputado André Figueiredo)

Requer informações do
Ministro das Comunicações.

Requeiro, com fundamento nos artigos 50, § 2º, da Constituição Federal, e 115, I, e 226, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **informações** do Ministro de Estado das Comunicações, a respeito do seguinte:

- a) documentos preparatórios ou não, de qualquer espécie, inclusive arquivados, elaborados pelo Ministério de Estado das Comunicações, ou pelos órgãos dele integrantes anteriormente vinculados ao Ministério de Estado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a respeito da Resolução nº 68, de 21 de agosto de 2019, do então Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, ou seu órgão sucedâneo, envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e seus negócios, com indicação do número de registro do(s) respectivos(s) processo(s) administrativo(s), fornecendo-se acesso integral aos autos correspondentes;
- b) existência de estudos e documentos preparatórios ou não, de qualquer espécie, inclusive arquivados, com objetivo de avaliar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como para

Apresentação: 18/09/2020 13:14 - Mesa

RIC n.1218/2020

Documento eletrônico assinado por André Figueiredo (PDT/CE), através do ponto SDR_56089, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato

exEdit
da Mesa n. 80 de 2016.



propor ganhos de eficiência e resultado a empresa, visando garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com indicação do número de registro do(s) respectivos(s) processo(s) administrativo(s), fornecendo-se acesso integral aos autos correspondentes;

- c) documentos preparatórios ou não, de qualquer espécie, inclusive arquivados, elaborados pelo Ministério de Estado das Comunicações, ou pelos órgãos dele integrantes anteriormente vinculados ao Ministério de Estado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a respeito da desestatização, em geral, e, do modelo de negócios, em particular, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com indicação do número de registro do(s) respectivos(s) processo(s) administrativo(s), fornecendo-se acesso integral aos autos correspondentes;
- d) ocorrência de tratativas, com indicação de meio, data, hora e local, entre o titular do Ministério de Estado das Comunicações ou de qualquer servidor da pasta com representantes dos grupos Magazine Luiza (Magalu), Amazon, DHL e Fedex, envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e seus negócios;
- e) ocorrência de tratativas, com indicação de meio, data, hora e local, entre o titular do Ministério de Estado das Comunicações ou de qualquer servidor da pasta com representantes de grupos empresariais com interesse no controle da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e/ou de seus negócios;
- f) agenda e ata de audiência do titular do Ministério de Estado das Comunicações ou de qualquer servidor da pasta com a qual tenha

ocorrido audiência com representantes dos grupos Magazine Luiza (Magalu), Amazon, DHL e Fedex envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e seus negócios;

- g) agenda e ata de audiência do titular do Ministério de Estado das Comunicações ou de qualquer servidor da pasta com a qual tenha ocorrido audiência com representantes de grupos interessados no controlada Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e/ou de seus negócios;
- h) existência de correspondência de qualquer espécie – inclusive eletrônica (e-mail) – entre o titular do Ministério de Estado das Comunicações ou de qualquer servidor da pasta com representantes dos conglomerados Magazine Luiza (Magalu), Amazon, DHL e Fedex envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e seus negócios, fornecendo-se o inteiro teor;

JUSTIFICATIVA

Em 21/08/2019, o então Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República– CPPI editou a Resolução nº 68, de 21 de agosto de 2019, qualificando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudos com objetivo de avaliar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como para propor ganhos de eficiência e resultado a empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira.

Com efeito, parcerias entre empresas estatais e o setor privado são fundamentais para a consecução de atividades de relevante interesse coletivo, na forma do artigo 173 da Constituição, como as prestadas pela ECT. Assim, as *consideranda* da Resolução nº 68, de 21 de agosto de 2019 – em resumo, no sentido da melhoria dos serviços públicos prestados à população brasileira – ia precisamente ao encontro do aprimoramento dos serviços públicos em questão através do intercâmbio de experiências e desenvolvimento de negócios em parceria.

Não obstante, em recente declaração pública, noticiada em diversos órgãos de imprensa, o Ministro de Estado das Comunicações afirmou o seguinte: *"O importante é que já tem cinco players interessados. O Magalu é um deles, a Amazon, a DHL e Fedex. Já tem pessoas, grupos interessados na aquisição dos Correios, então isso é importante, porque não teremos um processo de privatização vazio"*¹.

De um lado, essa assertiva parece indicar o início de processo de desestatização de empresa estatal única, sem autorização do Congresso Nacional e sem a devida transparência administrativa, levando, inclusive, à movimentos de especulação no mercado. No limite, também é possível que, verificada essa ocorrência, tenha se operado um desvirtuamento na finalidade da Resolução nº 68, de 21 de agosto de 2019, do CPPI.

As informações solicitadas, inclusive com fornecimento de acesso aos respectivos autos dos processos administrativos correspondentes, destinam-se a apurar esse cenário obscuro que ronda a atividade da ECT, afinal, em última análise, cabe ao Poder Legislativo fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, nos termos do inciso X do artigo 49 da Constituição.

¹Disponível em: <<<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/09/16/magalu-est-entre-5-interessados-na-compra-dos-correios-diz-ministro.ghtml>>> Acesso em 18/09/2020.

De resto, também se salienta que, conforme dispõe o artigo 50 da **Constituição**, a recusa ou o não atendimento deste pedido escrito, ou o não atendimento, no prazo de informações, bem como a prestação de informações falsas importa em crime de responsabilidade, tipificado no item 4 do artigo 13 da Lei Federal nº 1.079/1950.

Sala das Sessões, em

André Figueiredo
Deputado Federal (PDT/CE)

Apresentação: 18/03/2020 13:14 - Mesa

RIC n.1218/2020

Documento eletrônico assinado por André Figueiredo (PDT/CE), através do ponto SDR_50089, na forma do art. 102, § 1º, do RIC c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

